

PLANOS DA COGNIÇÃO E PROCESSOS CULTURAIS

Ruy Galvão de Andrada Coelho*

RESUMO: Este artigo visa apresentar uma visão global da antropologia cognitiva. A exposição põe em foco os planos da cognição e os dinamismos socioculturais que lhes são subjacentes. Propõe-se a divisão que se segue. 1) Plano da representação perceptual, em que se analisam a imagem e o percepto. 2) Plano da linguagem, em que se discute o papel da linguagem na construção do conhecimento, tanto no aspecto estrutural quanto no que diz respeito aos tropos da retórica, como a metáfora, a sinédoque e a metonímia. 3) Plano dos símbolos, dando ênfase às noções de símbolo dominante e *key symbol*. 4) Plano das práticas, compreendendo a discussão entre outros, de *schema*, *script*, ritos, tarefa e planos de vida. 5) Plano das categorias mentais, em que se aborda os critérios de classificação das cores, classificações etnobotânicas e etnozoológicas, assim como das doenças e das emoções. 6) Plano das formas superiores do conhecimento: códigos institucionais, mito, cosmovisão, estruturas lógicas do pensamento. As unidades de análise são tidas por variáveis operacionais; não lhes é atribuído valor existencial. O entrosamento e hierarquia dos planos são objeto de debate.

UNITERMOS: Antropologia cognitiva: imagem, percepto, linguagem, símbolo, práticas, categorias mentais, mito, estruturas lógicas.

A antropologia cognitiva objetiva lançar luzes sobre os dinamismos coletivos do conhecimento humano. Distingue-se da epistemologia por não montar seu discurso so-

* Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Docente da Universidade de Coimbra, Portugal.

bre as posições *a priori*; como ciência empírica, investiga as formas concretas de contato do espírito humano com a realidade que se manifestam nas diferentes culturas. Desde que a cultura foi caracterizada como sistema simbólico, a análise deste cobre necessariamente todos os aspectos da elaboração mental coletiva, inclusive o conhecimento. Toda a obra de Lévy-Bruhl tem por foco as modalidades de conhecimento nas sociedades primitivas. Frazer concebeu a magia como forma primitiva do saber. Durkheim e Mauss deram as bases científicas para a investigação das classificações primitivas, que se prolonga até a atualidade. Há razões, portanto, para sustentar que a antropologia cognitiva não é um domínio especial da ciência antropológica, mas constitui seu todo. Contrariamente, para alguns a antropologia cognitiva nasceu em meados da década de 50, com os trabalhos de Frazer, Conklin e outros, surgindo como revolução radical na ciência do homem.

No meu entender, tal revolução não se deu, ou, pelo menos, não constituiu transformação radical de paradigmas, consoante os moldes que T.S. Kuhn propôs para análise das revoluções científicas. O que de fato aconteceu foi uma mudança paulatina de ênfase, métodos e definição de objeto. O sistema sócio-cultural, para Durkheim e Radcliffe-Brown, como para o Lévi-Strauss da primeira fase, é uma ordenação de regras de conduta, quer inconsciente, quer explicitadas em códigos éticos e jurídicos. Na concepção do movimento *cultura e personalidade*, a cultura é a sistematização de características psicológicas, que se tornam comuns pela unidade de processos de socialização viventes em determinada sociedade. A antropologia do simbólico, que também se denomina antropologia semântica ou cognitiva, põe em relevo os dinamismos da cognição, tidos por cerne da cultura.

Nas últimas décadas, os problemas do conhecimento se tornaram a preocupação primordial de investigadores nos campos da psicologia experimental, psicologia social, neuropsicologia, inteligência artificial, sociologia da ciência, e outros mais. A antropologia, preparada pelo pensamento dos pioneiros acima mencionados, abriu-se às influências de outras ciências da cognição e foi levada a refletir sobre suas próprias raízes. Daí resultou um grande fomento das investigações nesse terreno, de natureza vária e com diferentes enfoques. A avaliação do que se fez até agora revela considerável riqueza de idéias e dados novos, mas ao mesmo tempo produz a impressão de alguma confusão. Os segmentos da realidade recortados pela investigação raras vezes coincidem, a terminologia não é sistemática e freqüentemente recorre a neologismos; há grande ecletismo nos métodos empregados.

Este artigo é um primeiro esboço, provisório, sumário e cheio de lacunas, de ordenação de alguns conceitos da antropologia cognitiva. Parte do pressuposto que existem várias formas do conhecimento, sistematizadas em graus diver-

tos pela cultura. Para tal ordenação, utilizo-me do conceito de planos do conhecimento, cujo entrosamento e hierarquização são problemáticos, como se exporá à guisa de conclusão. Servirá para o leitor como guia comentado de uma bibliografia, que, por extensa que pareça, cobre uma pequena parcela das publicações nesse campo; além do mais, é pessoal e arbitrária.

Planos da cognição

A primeira noção que tive de planos da cognição foi-me dada por Herskovits nos seus cursos na Universidade de Northwestern. Esse autor cunhou a expressão “foco cultural”, que denota a área do saber coletivo em que as noções são mais nítidas, têm maior articulação e alimentam maior número de discussões. Cada cultura elabora um foco cultural específico: na África Ocidental, é a religião, sobretudo em seus aspectos rituais; nos povos africanos da zona do gado, como os Nuer e os Dinka, as atividades do pastoreio; na Grécia, a arte. Embora a divisão não seja explicitamente proposta, constituem-se dois planos, um em que o conhecimento é elaborado, e outro em que as noções são esbatidas e em que dominam as práticas.

A proposta de Herskovits ainda hoje é válida, mas a divisão, por demasiadamente ampla, não dá conta da complexidade dos fenômenos da cognição. Atenho-me a um esquema que compreende os seguintes planos: de representação perceptual, da linguagem, das práticas, dos símbolos, das categorias, das formas superiores do saber.

Plano da representação perceptual

Para a psicologia cognitiva, a sensação é uma unidade de laboratório, isolada pelo investigador em seus experimentos com o sujeito. A percepção é estudada a partir da *imagem*. A formação da imagem depende de dinamismos cerebrais que são ativamente pesquisados pelos neuropsicológicos. Mas poucos acreditam que a investigação ao nível biológico seja suficiente para esclarecer o fenômeno em sua totalidade. Na primeira infância, sobretudo antes da aquisição da linguagem, as imagens se formam independentemente das interferências diretas da cultura. Elas são de natureza individual, e constituem a base da memória afetiva ou proustiana. Mais tarde, a linguagem tem papel importante na sua formação, assim como as práticas, símbolos

e demais planos da cognição. Por exemplo, o adolescente Ilongot, membro de um grupo de caçadores de cabeças, tem sempre presente no espírito a imagem da decapitação, associada ao vermelho e às flores dessa cor. Isso lhe é inculcado por canções e relatos épicos que ouve desde o berço (Rosaldo, M.Z., 1987).

Em si mesma, a imagem é neutra: não circunscreve um domínio preciso de sentidos, podendo associar-se a quaisquer outras estruturas da cognição. O *percepto* é configuração de contornos mais nítidos, recorte mínimo do real no processo de cognição. Na década de 50, a noção de *percepto* era discutida no contexto do movimento *cultura e personalidade*, no qual militei, sobretudo pelos que empregavam o método de Rorschach na pesquisa etnográfica. Com o declínio da teoria da personalidade básica, foi pouco a pouco posto de lado. Creio que seria interessante retomá-lo na atualidade, imprimindo-lhe direções cognitivistas. O Rorschach tem potencialidades fecundas como instrumento de exploração do universo de conhecimento do indivíduo e da cultura, na senda aberta por Hallowell, que poucos trilham no momento (Piotrowski, 1957; Hallowell, 1967; Kaplan & Lawless, 1965).

Plano da Linguagem

Como é sabido, para Lévi-Strauss a antropologia era *ancilla linguisticae*, e o modelo fonológico da escola de Praga serviu-lhe de base para elaborar sua concepção das estruturas do parentesco e do mito. A hipótese neo-humboldtiana de Sapir e Whorf situava a linguagem no cerne da cultura, e, portanto, como chave dos mecanismos de cognição. O estruturalismo foi submetido a críticas severas, que me dispense de retrair. Quanto à hipótese Sapir-Whorf, pergunta-se atualmente o que de fato disseram esses autores; provavelmente não teriam sustentado opiniões que lhes são comumente atribuídas (Lucy & Shweder, R.A., 1981; Kay & Kempton, 1984). Como quer que seja, a idéia de que a estrutura sintática de uma língua encorpora a visão do mundo da cultura conta hoje com poucos adeptos. A partir de Chomsky, estabeleceu-se que a semântica é relativamente autônoma em relação à sintaxe: as cadeias sintagmáticas têm possibilidades combinatórias em número praticamente infinito, o que torna impossível prevêê-las. A língua é um aparelho de produzir significados, não um sistema de referências. Claro está que não é mero instrumento; Whorf tinha razão ao dizer que ela inflete o saber em certas direções. Bresson, usando analogias computacionais, assim caracteriza o

fenômeno: "... a linguagem possui uma organização que, nos enunciados produzidos, faz aparecer as marcas do operador, funcionando em compreensão, como ordens de operar e que, ao mesmo tempo, são traços das operações efetuadas na produção: a negação, as marcas aspectuais, os pronomes, etc. são exemplos disso. Pode-se dizer também que a língua procede analiticamente, e que a representação referencial de um enunciado implica a efetivação, segundo um processo de tipo síntese, das operações marcadas na superfície" (Bresson, 1982, p. 89-90). Explicitando um dos exemplos: o russo tem marcas aspectuais para os verbos, o que quer dizer que há flexões que denotam a duração, além das temporais. Assim sendo, quem usa a língua russa é obrigado a consignar se uma ação executada no passado terminou, ou se prolonga no presente, ou é repetitiva. A obrigatoriedade dessa efetivação cria hábitos mentais que de algum modo influenciam as formas de pensar. Mas é pacífico que qualquer língua tem a capacidade de traduzir textos de uma outra, de modo inteligível e correto, mesmo contrariando sua índole.

Mais do que a estrutura sintática, têm interessado ao antropólogo certos processos lingüísticos que no passado eram objeto da retórica, disciplina que, após longo esquecimento, reviveu em nossos dias. Refiro-me à *metáfora*, em particular; em segundo plano, alguns têm se ocupado da metonímia e da sinédoque. Na tradição retórica, a metáfora era um procedimento estilístico usado pelos poetas e oradores para darem mais vida ao discurso. Lakoff em *Metaphors We Live By*, livro que foi traduzido em várias línguas, põe em foco as metáforas usuais da vida corrente, que fundam um conhecimento comum. Na retórica clássica, este tropo é chamado catacrese. Nalguns casos, como por exemplo "tempo é dinheiro", não distingue bem metáfora de provérbio, adágio, ou *exemplum*. Nos trabalhos mais recentes, como o que produziu em colaboração com Kovecses, sobre as metáforas usadas no inglês dos Estados Unidos para caracterizar a raiva, o conceito é empregado com foco mais nítido. As pesquisas de Lakoff abriram perspectivas amplas. Cito alguns trabalhos que seguem sua metodologia: o de Brewster Smith sobre a personalidade; o de Quinn sobre a idéia de compromisso no casamento americano (1985); o de Sweetser sobre a idéia de mentira (1987).

Plano Simbólico

É geralmente admitido que o símbolo é mais do que o campo semântico, pois que o uso que se faz dele num contexto não esgota sua riqueza de significados. Toda caracterização do símbolo gira em torno deste ponto: dele não há definição satisfató-

ria, já que não pode ser reduzido a componentes, e antes funda explicações do que é explicado. Não é de estranhar que o campo semântico que abarca seja vasto e complexo.

Na acepção mais ampla do termo, símbolo denota todo elemento cultural. O tratamento global da cultura como sistema simbólico foi tentado por Evans-Pritchard em *The Nuer*, um clássico que merece ser relido à luz da antropologia cognitiva da atualidade. Os Nuer se dedicam à criação do gado, que constitui a base de sua existência. Visualizam o mundo através de símbolos que derivam das atividades do pastoreio. Da mesma forma, os Dinka, outro povo da área do pastoreio da África, concebem a realidade. Vejamos o que diz a esse propósito Lienhardt, que os estudou: “A própria percepção que tem os Dinka da cor, luz e sombras no mundo que os circunda (...) está inextricavelmente ligada ao reconhecimento da cor do seu gado. Se fossem privados do vocabulário cromático do gado, muito dificilmente teriam meios de descrever a experiência visual em termos de cor, luz e sombras” (Lienhardt, 1961, p. 13). Para esses povos, portanto, a pecuária não é simplesmente um meio de vida, mas a própria grelha de interpretação do universo.

A abordagem totalizadora revelou-se adequada para povos de cultura relativamente simples, mas dificilmente convém àqueles cujo sistema simbólico é extenso e variado. Em *The Chrysanthemum and the Sword*, Ruth Benedict destacou, dentre os numerosos símbolos da cultura japonesa, o crisântemo e a espada, a que chamou *core symbols*; eles constituiriam o “cerne” do sistema simbólico que estudou. A obra de Benedict foi submetida a críticas impiedosas, por parte de cientistas sociais do Ocidente e do Japão. Pouco mais resta dela do que a noção de *core symbol*, aproveitada em pesquisas posteriores.

Inspirando-se nela, Turner elaborou a expressão “símbolos dominantes”. Nos Estados Unidos, Schneider analisou o sistema americano de parentesco, como arena de oposição entre a natureza e a lei, da qual o *core symbol* é o ato sexual conjugal (Schneider, 1968). Sherry Ortner cunhou o termo *key symbol* em sua tese de doutorado de 1970; nela se identifica como tal o alimento entre os Sherpa. Em trabalhos que se seguiram, a autora foi levada a distinguir duas categorias de “símbolos chaves”: *summarizing symbols* (“símbolos de sumário”) e *elaborating symbols* (“símbolos de elaboração”), concebidas como tipos ideais nos dois extremos de um contínuo. Os primeiros são condensações de significados que o sistema tem para os participantes, representando de maneira relativamente indiferenciada e altamente emocional. São os símbolos sagrados na acepção mais ampla do termo: a cruz para os católicos, a *chisinga* no ritual

Ndembu, a bandeira para os americanos. São portanto sintéticos carregados de valores e movem as pessoas de modo imediato. Os símbolos de elaboração, ao contrário, são analíticos, predominantemente cognitivos; fornecem aos membros da sociedade meios para interpretar o mundo, definir metas e estratégias para alcançá-las.

Estes são uns poucos exemplos da abordagem do sistema sociocultural ao nível simbólico. Ortner desenvolveu, a partir de sua concepção de símbolos um novo instrumento heurístico, *key scenario*, que será analisado na continuidade desta exposição.

Plano das Práticas

Há muito que se reconhece que as atividades práticas fundam um tipo de conhecimento relativamente independente da teoria, ou outras formas de sistematização. Menciono de passagem o conceito filosófico de *praxis*, sobre o qual se erigiu a antropologia marxista. Vou ater-me aos conceitos operacionais que nortearam pesquisas de campo.

Ortner define *key scenarios* como formados pelas relações básicas entre meios e fins que a cultura formula como formas de ação possíveis e desejáveis. Os exemplos que dá são heterogêneos: o mito de Horatio Alger na cultura americana, ritos e partes de ritos, como o *naven* dos Iatmul e o *potlatch* dos grupos étnicos da Costa Noroeste do Pacífico. Atos da vida quotidiana, como o modo formal de receber um hóspede e servir-lhe uma refeição entre os Sherpa, ordenam-se em seqüências repetitivas e se tornam cenários-chaves. O conceito é demasiado abrangente; lembra de perto o que Milton Singer denominou *cultural performances*.

Mais nitidamente focalizada e de âmbito mais restrito é a concepção de *schema*, que tem longa história na teoria psicológica. Surgiu na *Gestalttheorie* dos inícios do século, foi desenvolvida por Bartlett, em seus trabalhos clássicos sobre a memória, é um dos alicerces da vasta obra experimental e teórica de Piaget, foi utilizado por Schachtel e por Neisser, entre outros. O *schema* não corresponde ao conceito lógico definido com rigor. Representa uma forma de conhecimento corrente, em diferentes graus de abstração, compreendendo tanto o que é verdadeiro de um modo geral quanto o que é local e ocasionalmente. Donde a flexibilidade da operação de inclusão no *schema*: os elementos que o compõem não são unidades classificatórias, e não se relacionam segundo necessidade lógica. Uma sala de estar compreende cadeiras, mesas, sofás; ou tapetes, almofadas e tabuleiros, numa casa árabe; ou esteiras e mesinhas baixas, numa casa japo-

nesa (Rummelhart, 1980; Rummelhart & Ortony, 1977). Forma-se em geral na prática, mas sofre o efeito de matrizes anteriores; é ponto disputado entre os autores a importância das instâncias formadoras.

Bartlett utiliza o conceito de *story schema*, seqüência de episódios mais ou menos fixa que informa certos processos da memória. Esta é uma das bases da idéia de *script* (em alguns textos em português traduzido por *guião*), de largo emprego na psicologia cognitiva, em particular nos estudos de inteligência artificial. O *script* é um tipo de MOP (*memory organizing packet*), seqüência padronizada de eventos suscetíveis de redução a entradas de computador. Envolve as noções de papéis específicos e utensílios. O exemplo clássico é a refeição no restaurante, com sua sucessão de atos preestabelecida (Abelson, 1975, 1981; Schank & Abelson, 1977). As experiências de Katharine Nelson com sujeitos de três a dezessete anos, usando o mesmo modelo do restaurante, demonstram que a aquisição do *script* não passa pelas fases de maturação de Piaget. A criança e o adolescente descrevem as seqüências da refeição da mesma forma, naturalmente com recursos lingüísticos diferentes. É lícito inferir que o *script* se implanta pela prática, com intervenção mínima de símbolos, raciocínios ou outros processos de cognição (Nelson, 1981).

Outra forma de prática, bastante especializada e *sui generis*, ressalta das pesquisas de Michael Agar sobre os toxicômanos (Agar, 1973, 1980, 1981, 1982, 1983). Esse autor não se vale do *script*; usa uma panóplia de conceitos, sendo os principais *schemata*, tema e plano. Os atos mais salientes da vida do heroinômano são o roubo, que se pauta por estratégias flexíveis, e *getting a fix* (injetar a droga na veia), que segue uma configuração invariável. Em ambos os casos, as ações se recortam em segmentos seqüenciais, todos eles rotulados por expressões da gíria metafórica e colorida dos *junkies*. A visão do real que se constrói na prática dos viciados parte de ângulos inusitados, e desvenda aspectos insólitos da vida social na grande metrópole.

Antes da constituição da antropologia cognitiva, Nadel tinha chamado a atenção para a importância da tarefa na vida social. Sua morte prematura impediu-o de explorar esta senda. Dougherty e Keller, em artigo recente (1984), retomam a análise do tópico, que houveram por bem rotular com um neologismo mal construído e desgracioso, *taskonomy*. Versa sobre a arte de trabalhar o ferro. A tarefa não se rege por lógica silogística. Não se conseguiu, por exemplo, estabelecer uma nomenclatura classificatória de ferramentas. O ferreiro, como artesão que é, lança mão de cada utensílio para efeito desejado num momento do trabalho. Tampouco se obteve classificação sistemática dos materiais, que tanto eram matéria-prima informe como objetos velhos a serem remodelados, ou partes deles. O saber do ferreiro é eminentemente prático, tem estruturas flexíveis que permitem a criatividade individual.

Mas a tarefa pode ser também coletivamente fixada, como no caso da pesca do salmão no Alasca. John Gatewood foi, durante três estações, pescador profissional nessa região, o que lhe deu matéria para tese de doutorado na Universidade de Illinois (Gatewood, 1987). A técnica de pesca a que se dedicou se vale de todos os recursos da cultura americana. As equipes que tomam parte numa operação de pesca forçosamente tem que estar entrosadas de modo a assegurar seu êxito. Curiosamente, o rigor do entrosamento não prescreve as mesmas representações mentais para todos os participantes. A seqüência de atividades obviamente decorre de exigências técnicas. Cada qual tem intervenção específica numa seqüência, desencadeada a partir de momento preciso que atua como sinal, à semelhança da “deixa” do ator na gíria teatral. O *schema* assim formado se altera à medida que o neófito se torna mais destro, simplificando-se, tornando-se mais geral, compreendendo divisões diferentes das fases estabelecidas de ação, pelo menos na versão individual. Gatewood infere que: “Subjacentes às ações há representações pessoais antes que coletivas. As estruturas cognitivas componentes podem ou não ser rotuladas, e se rotuladas, podem ou não derivar de formas coletivas do discurso”. Propõe para análise da ação em lugar de idéias, conceitos, categorias e conexões, fluxos, contornos, intensidades e ressonâncias. Toda a vida social, em sua múltiplas manifestações culturais, é antes a orquestração da diversidade do que a réplica da uniformidade (Gatewood, 1987, p. 216). A fórmula é bonita; mas não se argumenta contra a existência efetiva da representação coletiva. A mudança terminológica que o autor advoга não me parece indispensável.

Os ritos foram estudados pela antropologia tradicional como parte integrante do sistema mítico-religioso. *Naven*, escrito faz cinquenta anos, se não rompe formalmente com a tradição, inova o modo de conceber o rito. Bateson estava demasiado adiantado em relação à sua época; a nós, contemporâneos, tem ainda muito a dizer. A cerimônia *naven* dos Iatmul foi classificada como *cultural performance* por Milton Singer e como *key scenario* por Ortner. Prefiro conservar a denominação usual, porque creio que o rito se distingue de outras práticas e constitui categoria singular.

Foi Turner que desenvolveu plenamente a concepção moderna do rito. Não é ele a simples representação de uma trama mítica enredada em cogitações teológicas. No seu desenrolar-se, organiza os símbolos dominantes em complexos de significados tangíveis, não só em expressões verbais como também musicais e na linguagem corpórea. Donde lhe vem a capacidade de ressoar afetivamente e de mover para a ação. O participante no rito submete-se a formas coletivas e prescritas de agir, mas deriva delas sentidos pessoais de vida, de uma profundidade maior do que os contornos cognitivos da pesca do salmão. É um modo fundamental de conhecimento que liga o homem atuante a um cosmos vivo, onde social e individual se fundem. A partir dessa concepção do rito,

Turner constrói a teoria dramaturgica da sociedade e da cultura, uma das direções mais fecundas da antropologia contemporânea (Turner, 1967, 1977, 1982a, 1982b, 1986).

Plano das Categorias

Ao contrário do que pensam alguns, a representação coletiva como base da operação classificatória, tal como foi elaborada por Durkheim e Mauss em 1904, ainda não se esgotou como matéria de cogitação. Recentemente, David Bloor consagra aos dois pioneiros um artigo cheio de reflexões lúcidas (Bloor, 1982). Os estudos sobre classificações primitivas multiplicaram-se a partir de 1950, e até hoje, embora não estejam tão em voga, ocupam posição preeminente no campo da antropologia cognitiva. Versam principalmente sobre classificações de cores, animais, plantas, moléstias, personalidades e, mais recentemente, emoções.

A etnociência americana pautou-se a princípio por padrões derivados da hipótese Sapir-Whorf. Verificadas as limitações da linguagem, que teria antes funções instrumentais do que formadoras de significados, elaborou-se a concepção de uma "gramática da cultura". Supõe-se, de acordo com ela, que, do mesmo modo como a sintaxe estrutura a produção do discurso, haveria sistemas organizatórios subjacentes à língua, que regeriam a categorização do mundo.

No que diz respeito à classificação de cores, partia-se da premissa de que as escalas cromáticas se elaboravam privativamente por cada grupo étnico, consoante essa estrutura profunda da língua. Essa posição particularista e relativista foi abandonada em favor do seu oposto, depois da publicação de *Basic Color Terms*, de Brent Berlin e Paul Kay, em 1969. A atenção voltou-se para as gradações psicofísicas do espectro luminoso. A hipótese que se pretendeu verificar foi da existência de "áreas focais" nesse espectro, que se impusessem ao sistema perceptual do homem, formando termos básicos sistematizados pela memória independentemente da linguagem e da cultura. Reafirma-se uma concepção da natureza humana universal e do inatismo dos processos psicológicos. Vários, se não a maioria, adotaram as novas diretrizes, pelo menos no decorrer da década de setenta. Só recentemente houve ponderações que moderaram essas posições extremas (Lucy & Shweder, 1981).

Algo de semelhante passou-se com as classificações etnobotânicas e etnozoológicas (Berlin, 1981; Berlin, Breedlove & Raven, 1973; 1974; Dougherty,

1981; Frake, 1961; Gardner, 1976, 1984; Huhn, 1975, 1985; Keesing, 1987a, 1987b; Rosch, 1975; Rosch & Lloyd, 1978). Também aqui se levantou a questão da universalidade dos princípios classificatórios das taxonomias nativas. Por influência de Berlin, mas não unicamente, foi geralmente admitido que estas se baseiam em critérios universais, e que tendem a aproximar-se, senão confundir-se com a classificação de Lineu. Brent Berlin e sua escola são os principais defensores da concepção universalista da taxonomia. Outros autores se dão conta que a classificação das espécies biológicas põe problemas mais complexos que os das cores. Os seres vivos, sem dúvida, têm características específicas que favorecem a constituição de classes. Serão elas as mesmas para todas as culturas, e seguem o modelo científico ocidental?

Em primeiro lugar, há que focar a questão da *saliência* (no sentido da teoria da *Gestalt*) dessas características, em conjunção com o arbitrário de toda representação, fato firmemente estabelecido por Saussure. Recorde-se o conhecidíssimo brocardo "*Kein Gestalt ohne Gestalter*". Teria Lineu o privilégio de ter atingido a coisa em si? (Ver Dougherty, 1981). Como quer que seja, não se pode tomar o *taxon* por percepto elementar, cópia em papel carbono de uma estrutura natural. Resulta de uma longa familiaridade com o animal e o vegetal, ciência do concreto de que trata Lévi-Strauss.

A essa posição chega Eugene Hunn, que anteriormente se preocupara em medir o grau de correspondência entre as classificações nativas e a taxonomia da biologia ocidental (Hunn, 1975). Recentemente, sua atenção voltou-se para as diretrizes utilitárias das operações classificatórias. Seus trabalhos se regem pela noção de *activity signature* dos *taxa* étnicos (mais um neologismo!). Utilizando-se desse conceito, põe em relevo o papel da atividade prática na formação das classificações etnobiológicas, relacionando a semântica com a integração cognitiva, e a adaptação dos grupos étnicos ao meio ecológico (Hunn, 1985).

A classificação das doenças não levanta os mesmos problemas que foram ventilados. A distância entre os quadros nosológicos das diferentes culturas e os da medicina ocidental é grande. Por vezes, uma entidade fictícia, aos nossos olhos, permite uma soma não negligenciável de observações empíricas. Sobre esse tópico, há trabalhos interessantes; cito como exemplo significativo o estudo de Frake a respeito do diagnóstico de moléstias entre os Subanun (Frake, 1961). As classificações de enfermidades mentais suscitam, de novo as eternas questões do universalismo e relativismo. Existem critérios para estabelecer uma noção de normalidade válida para o gênero humano, ou cada cultura tem suas normas de saúde mental? Há formas de neurose e psicose peculiares a determinados grupos étnicos? Naturalmente, para definir o patológico há que firmar o conceito de personalidade e sua variabilidade cultural. Kardiner inaugurou os debates

sobre esses temas, que prosseguem até hoje. Modernamente, não se fala mais de personalidade, mas de *self*, termo de carga semântica culturalista. O estudo das civilizações tradicionais, como as do Japão, China, Índia, Java, Birmânia, entre outras, introduziu novas perspectivas na conceituação da pessoa humana (Marsella & White, eds., 1982; Marsella, DeVos & Hsu, eds., 1985; Shweder & LeVine, eds., 1985). O trabalho pioneiro de Mauss sobre a pessoa como categoria do espírito humano é retomado, e forma a base de um volume para o qual contribuíram antropólogos, psicólogos, historiadores e filósofos (Carrither, Collins & Lukes, eds., 1985).

A suposição corrente em ciências humanas é de que as emoções formam um fundo permanente e invariável da psique, como tal impermeável a influências culturais. Os modos diferentes de classificá-las relevariam, portanto, de variações semânticas. Para Michelle Rosaldo, os vocábulos que designam as emoções numa língua não são meros rótulos verbais, mas verdadeiros constituintes delas. A palavra *liget* do Ilongot traduz-se em inglês por *anger*, mas significa muito mais que raiva. Na sua acepção mais forte, liga-se à caça às cabeças, suscita imagens de árvores escarlates e jovens em fúria. Mas aplica-se também à força que anima um trabalho penoso que produz suor. Mantém nexos de sentido com energia, empenho, denodo, façanha... É, evidentemente, um campo semântico da língua Ilongot, mas que denota um conjunto de processos psíquicos peculiar ao grupo étnico (Michelle Rosaldo, 1987). A proposta de Rosaldo foi recebida com desconfiança; acusaram-na de ter regredido a um whorfismo ingênuo, de mergulhar num relativismo solipsista. Talvez tenha melhor acolhida em Portugal e no Brasil, já que nos acostumamos a pensar que a palavra saudade é intraduzível, e representa reações afetivas que são só nossas.

Plano das Formas Superiores do Saber

Cumprе distingüir a *unidade léxica de sentido* (sema, semema, sematema) do conceito propriamente dito. O *taxon*, que delimita um conjunto de características físicas, participa da natureza do semema; mas por seu feitio sistemático, tem um pé no nível conceitual. Prefiro reservar o termo conceito para a estrutura cognitiva que passou pela reflexão, que se depurou das ligações imediatas com a realidade tangível. Só faz sentido como componente de um todo organizado, em que assume função operatória.

Os sistemas conceituais são de âmbito variável. Modelos culturais ou *folk models* abrangem uma faixa mais limitada do saber sociocultural. De maior amplitude são as mitologias, os sistemas mágicos, as áreas institucionais codificadas: jurídica, ética, política, militar, econômica, parentesco... Não é necessário dar exemplos; as pesquisas em ciências sociais visam esclarecer tais sistemas mesmo quando não se pautam por diretrizes cognitivas. A sociologia do conhecimento, a sociologia da ciência, a antropologia cognitiva têm por foco específico os problemas do saber. Nos limites que me impus neste ensaio, não me cabe, nesta oportunidade, abordar questões de tal amplitude. Basta circunscrever este plano, o mais geral e mais complexo.

Conclusões

No campo da cognição labutam psicólogos, sociólogos, antropólogos e filósofos, cada qual com sua visão de método e de campo específico de pesquisa. Não é de admirar, portanto, que o quadro aqui traçado possa dar a impressão de colcha de retalhos ou mosaico desorganizado. Os cortes do real que assim se efetuam não coincidem, e se articulam mal. Não se ambiciona atingir componentes constitutivas ou *Elementargedanken*, ao feitio do que se praticava no passado. As unidades de análise passadas em revista devem antes ser entendidas como *variáveis operacionais*. A variedade de amplitude do enfoque torna viável, no entanto, a tentativa de alguma ordenação, por provisória que seja.

Usei plano, em lugar de nível, para não dar a idéia falsa de uma superposição piramidal com maior grau de articulação. Fique claro que os planos definem ângulos de visão e áreas heurísticas. Certos autores, no entanto, lograram maior grau de organicidade. Assim, Sherry Ortner integra a metáfora no *key symbol*, e este no *key scenario*; também os conceitos de Turner, símbolo dominante, rito e drama estão organicamente entrosados. Se os separei, na minha exposição, foi para obedecer ao esquema deste ensaio.

Cabe indagar, outrossim, se os mesmos objetivos não são feridos por diferentes métodos. *Key scenaria* e *script* têm nítido parentesco, derivados que são ambos do jargão das artes cênicas; da mesma forma, plano (no sentido de Agar) e tarefa. Só que Schank e Abelson se valem do computador, Katherine Nelson do experimento psicológico, Dougherty e Keller, assim como Gatewood, do método antropológico da observação participante, Agar alia a descrição etnográfica à análise lingüística, Otrner usa as técnicas da antropologia clássica. Também dificulta perceber as semelhanças a terminologia própria que cada um emprega.

Desejo também esclarecer que não pretendi levantar um quadro exaustivo; para cada caso, apresentei exemplos ou amostras significativas, não importando de que disciplina proviessem. A seleção foi arbitrária, no sentido de não obedecer a critérios deliberados, a não ser o discernimento do relevo de certos escritos atuais, que me impeliu também a reconsiderar algumas idéias contidas em obras clássicas.

Face ao panorama variegado das ciências cognitivas, alguns optam por considerar a diversidade como representativa do real. Tal é o caso de Howard Gardner, com sua teoria das inteligências múltiplas, em cuja obra parece-me perceber reflexos do pluralismo de William James. A concepção de Wittgenstein supõe o conhecimento subordinado às regras de jogos de linguagem, que se podem construir a qualquer momento, sem outro fundamento que não seja um sentimento de certeza não-reflexivo e de duvidoso importe ontológico. Este autor, a que cheguei tardiamente, tem-me influenciado consideravelmente, mas por vezes me provoca vertigem.

Gatewood contrasta uniformidade e diversidade. Tal dicotomia não se impõe ao espírito. Uniformidade não é sinônimo de unidade: a exploração das manifestações variadas do conhecimento humano não obsta que se busque princípios fundamentais em que se assente. A visão sintética dos processos psico sociais da cognição é tarefa árdua, dificilmente atingível a curto prazo, mas que deve ser tentada. Se a unidade do espírito humano não serve mais de ponto de partida à pesquisa, pode constituir-se em meta, ainda que longínqua.

COELHO, Ruy Galvão de Andrada. Cognitive levels and the cultural process. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(1): 81-104, 1.sem. 1989.

ABSTRACT: This paper aims at presenting a general view of cognitive anthropology. It is focussed on the levels of cognition and sociocultural dynamics underlying them. A division of levels is proposed as follows. 1) Level of perceptual representation, analysing images and percepts. 2) Level of language, discussing the role of language in the construction of knowledge; structural aspects are considered, as well as rhetorical tropes such as metaphor, synecdoche and metonymy. 3) Level of symbols, emphasising the notions of dominant symbols and key symbols. 4) Level of practices, comprising discussion of schema, script, rite, task and life plan, among others. 5) Level of mental categories, an approach to the problems of color classification, ethnobotany, ethnozoology, as well as classifications of diseases and emotions. 6) Level of superior forms of knowledge: institutional codes, myths, world views, logical structures of thought. Unities of analysis are used as operational variables; no existential value is attached to them. Articulation and hierarchy of levels are open to discussion.

UNITERMS: Cognitive anthropology: image, percept, language, symbol, practices, mental categories, myth, logical structures.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELSON, Robert P. Concepts for representing mundane reality in plans. In: BOBROW, D. & COLLINS, A. eds. *Representations and understanding: studies in cognitive science*. New York, Academic Press, 1975.
- . Psychological status of the script concept. *American Psychologist*, **36**: 715-729, 1981.
- ABRAHAMAS, Roger D. Ordinary and extraordinary experience. In: TURNER, V.W. & BRUNER, E.M. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1986.
- AGAR, Michael. *Ripping and running: a formal ethnography of urban heroin addicts*. New York, Academic Press, 1973.
- . Stories background knowledge and themes: problems in the analysis of life history narrative. *American Ethnologist*, **7** (2): 223-240, 1980.
- . Talking about doing: lexicon and event. In: CASSON, R.W., ed. *Language, culture and cognition: Anthropological Perspectives*. New York, Macmillan, 1981. p. 114-119.
- . Toward an ethnographic language. *American Anthropologist*, **84**: 779-795, 1982.
- AGAR, Michael & HOBBS, J.R. Interpreting discourse: coherence and the analysis of ethnographic interviews. *Discourse Process*, **5**: 532ss. 1981.
- . Natural Plans. *Ethos*, **11**: 33-48. 1983.
- . How to grow schemata out of interviews. In: DOUGHERTY, J.W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1985. p. 413-431.
- ALBERT, Ethel. The classification of values: a method and illustration. *American Anthropologist*, **58**: 221-248. 1956.
- ARDENER, Edwin. Social anthropology, language and reality. In: PARKIN, D., ed. *Semantic Anthropology*. London, Academic Press, 1982. p. 1-14 (ASA Monographs, nº 22).
- ASAD, Talal. The concept of cultural translation in British social anthropology. In: CLIFFORD, J. & MARCUS, G.E., eds. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London; University of California Press, 1984. p. 141-164.
- BARNES, R.H. *Kédang: a study of collective thought of an eastern Indonesian People*. London, Oxford University Press, 1974.
- BARTLETT, F.C. *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1932.
- BASSO, Keith H. & SELBY, H.A., eds., *Meaning in anthropology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1971.

- BATESON, G. *Naven*. London, Cambridge University Press, 1936.
- BEIDELMAN, T.O., ed. *The translation of culture: essays to E.E. Evans-Pritchard*. London, Tavistock, 1971.
- BENEDICT, Ruth. *Patterns of culture*. Boston, Houghton-Mifflin, 1934.
- . (1946) *The chrysanthemum and the sword*. Cleveland and New York, World, 1967.
- BERLIN, B. & BERLIN, E.A. Aguaruna color categories. *American Ethnologist*, 2: 61-87. 1975.
- BERLIN, Brent. The concept of rank in ethnological classification: some evidence from Aguaruna folkbotany. In: CASSON, Ronald W., ed. *Language, culture and cognition: anthropological perspectives*. New York, Macmillan, 1981.
- BERLIN, B. & KAY, P. (1969) *Basic color terms*. Berkeley, University of California Press, 1970.
- BERLIN, B., BREEDLOVE, D.E. & RAVEN, P. General principles of classification and nomenclature in folk biology. *American Anthropologist*, 75: 214-242. 1973.
- . *Principles of tzeltal plant classification: an introduction to the botanical ethnography of a Mayan speaking people of Highlands Chiapas*. New York, Academic Press, 1974.
- BLACKING, John A., ed. *The Anthropology of the Body*. London, New York, San Francisco, Academic Press, 1977. (ASA Monographs nº 15).
- BLOOR, D. Durkheim and Mauss revisited: classification and the sociology of knowledge. *Studies in the history and philosophy of science*, 13 (4): 267-297. 1982.
- BOBROW, D.G. & COLLINS, A.M., eds. *Representations and understanding: studies in cognitive science*. New York, Academic Press, 1978.
- BRESLIN, R.E., BOCHNER, S. & LONNER, W.J., ed. *Cross-Culture perspectives on learning*. New York, John Wiley, 1975.
- BRESSON, François. La psychologie cognitive demain, peut-être. In FRAISSE, Paul, org. *Psychologie de Demain*. Paris, P.U.F., 1982. p. 83-96.
- BREWSTER SMITH, M. The metaphorical basis of selfhood. In: MARSELLA, A.J., DEVOS, G. & HSU, F.H.K., eds. *Culture and self: Asian and Western perspectives*. New York and London, Tavistock, 1985. p. 56-88.
- BRUNER, Edward M. Ethnography as Narrative. In: TURNER, Victor W. & BRUNER Edward M., eds. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1988.
- BRUNER, Jerone & DAVID, Krech, eds. *Personality and perception: a symposium*. Durham, N.J., Duke University Press, 1950.
- BRUNER, Jerome, GOODNOW, Jacqueline & AUSTIN, George A. *A study of thinking*. New York, Wiley, 1956.

- BURLING, Robbins. Cognition and componential analysis: God's truth or hocuspocus? In: TYLER, S., ed. *Cognitive Anthropology*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1964. p. 419-428.
- . How to choose a Burmese numeral classifier. In: SPIRO, M.E., ed. *Context and meaning in cultural anthropology (in Honor of A. Irving Hallowell)*. New York, Free Press; London, Collier-Macmillan, 1965. p. 243-264.
- CARRITHER, Michael, COLLINS S. & LUKES, S., eds. The category of person: anthropology, philosophy, history. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- CASSON, Ronald W. Schemata in cognitive anthropology. *Annual review of anthropology*, 12: 429-462. 1983.
- CASSON, Ronald W., ed. *Language, culture and cognition: anthropological perspectives*. New York, Macmillan, 1981.
- CAWS, P. Operational, representational and explanatory models. *American anthropologist*, 76 (1): 1-10. 1974.
- CRICK, Malcolm. Anthropological field research, meaning, creation and knowledge construction. In: PARKIN, D., ed. *Semantic anthropology*. London, Academic Press, 1982. p. 15-38 (ASA Monographs n° 22).
- D'ANDRADE, Roy. Cultural meaning systems. In: SHWEDER, R., HAND, R.A., LE VINE, R., eds. *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. p. 88-121.
- . A folk model of the mind. In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 111-150.
- DENIS, Michael & DUBOIS, Danielle. La représentation cognitive: quelques modèles récents. *Année psychologique*, 76: 541-562. 1976.
- DOUGHERTY, Janet W.D. Salience and relativity in classification. In: CASSON, Ronald W., ed. *Language, culture and cognition: anthropological perspectives*. New York, Macmillan, 1981.
- DOUGHERTY, J.W.D. & KELLER, C.M. Taskonomy: a practical approach to knowledge structures. In: DOUGHERTY, J.W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1985. p. 161-176.
- DOUGHERTY, J.W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1985.
- DU BOIS, Cora. The wealth concept as an integrative factor in Tolowa-Tututni culture. In: LOWIE, Robert, ed. *Essays in anthropology (Presented to A.L. Kroeber)*, Berkeley, University of California Press, 1936.
- . The dominant value profile of american culture. *American anthropologist*, 57: 1232-1239. 1955.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Witchcraft, oracles and magic among the Azande*. Oxford, Clarendon, 1937.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *The nuer*. Oxford, Oxford University Press, 1940.

———. *Social anthropology and other essays*. New York, Free Press, 1962.

FERNANDEZ, J.W. The mission of metaphor in expressive culture. *Current anthropology*, 15 (2): 119-146. 1974.

FLAVELL, John H. & ROSS, Lee, eds. *Social cognitive development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

FORTES, Meyer. Religious premisses and logical techniques in divinatory ritual. *Philosophical transactions of the Royal Society of London*, 251: 409-422. 1966.

FRAISSE, Paul, ed. *Psychologie de demain*. Paris, P.U.F., 1982.

FRAKE, C.O. The diagnosis of disease among the Subanun of Mindahao. *American anthropologist*, 63: 113-132. 1961.

———. The ethnographic study of cognitive systems. In: TYLER, S., ed. *Cognitive anthropology*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962. p. 28-41.

———. Plying frames can be dangerous: some reflections on methodology in cultural anthropology. *Quarterly Newsletter of the Institute for Comparative Human Development*, 1 (3): 1-7. 1977.

GARDNER, P.M. Birds, words and a requiem for the omniscient informant. *American ethnologist*, 3: 446-468. 1976.

GARDNER, Howard. *Frames of mind: the theory of multiple intelligences*. New York, Basic Books, 1983.

———. The development of competence in culturally defined domains: a preliminary framework. In: SHWEDER, R.A. & LE VINE, R.A., ed. *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. p. 257-275.

GATEWOOD, John B. Actions speak louder than words. In: DOUGHERT, Janet W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1987.

GEERTZ, Clifford. Religion as cultural system. In: BANTON, Michael, ed. *Anthropological approaches to the study of religion*. London, Tavistock, 1966 (ASA Monographs n° 3).

———. *The interpretation of cultures*. New York, Basic Books, 1973.

———. Deep play: notes on the balinese cockfight. In: ————. *The interpretation of cultures*. New York, Basic Books, 1973.

———. From the native's point of view: on the nature of anthropological understanding. In: BASSO, Keith H. & SELBY, M.H.A., ed. *Meanings in anthropology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1976.

- GEERTZ, Clifford. Making experience, authoring selves. In: TURNER, V.W. & BRUNER, E.M., eds. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1986. p. 373-380.
- GLUCKMAN, Max, ed. *Essays in the ritual of social relations*. Manchester, Manchester University Press, 1962.
- GLUCKMAN, Max. Psychological, sociological and anthropological explanations of witchcraft and gossip: a classification. *Man 3 (1): 20-34.* 1986.
- HERSKOWITS, Melville J. *Man and his works*. New York, Knopf, 1948.
- HOBART, Mark. Meaning or moaning? An ethnographic note on a little understood tribe. In: PARKIN, D., ed. *Semantic anthropology*, London, Academic Press, 1982. p. 39-64. (ASA Monographs n° 22).
- HORTON, R. The Kalabari world-view: an outline and interpretation. *Africa, 32: 197-220.* 1962.
- . Ritual man in Africa. *Africa, 34: 805-104.* 1964.
- . African traditional thought and Western science. *Africa, 37: 50-71, 155-187.* 1967.
- . *Modes of thought. Essays on the thinking of Western and non-Western societies.* London, Faber and Faber, 1974.
- HOLLAND, Dorothy & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- HSU, Francis L.K. The self in cross-cultural perspective. In: MARSELLA, H.J., DEVOS, G. & HSU, F.K.L., eds. *Culture and self: Asian and Western perspectives*. New York and London, Tavistock, 1985. p. 24-65.
- HUNN, Eugene. A measure of the degree of correspondence of folk to scientific biological classification. *American ethnologist, 2: 209-327.* 1975.
- . The utilitarian factor in folk biological classification. In: DOUGHERTY, J.W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1985. p. 117-140.
- HUTCHINS, Edwin. Myth and experience in the Trobriand Islands. In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 269-289.
- . Reasoning in Trobriand discourse. In: CASSON, Ronald W., ed. *Language, culture and cognition*. New York, Macmillan, 1981.
- HUTEAU, Michael. *Les conceptions cognitives de la personnalité*. Paris, P.U.F., 1985.
- JOHNSON, Frank. The Western conception of self. In: MARSELLA, A.J., DEVOS, G. & HSU, F.L.K., eds. *Culture and self: Asian and Western perspectives*. New York and London, Tavistock, 1985. p. 91-138.

- KAPLAN, B. & LAWLESS, R. Culture and visual imagery: a comparison of Rorschach responses in eleven societies. In: SPIRO, M.E., ed. *Context and meaning in cultural anthropology (in Honor of A. Irving Hallowell)*. New York, The Free Press; London, Collier-Macmillan, 1965. p. 295-311.
- KAY, P. & KEMPTON W. What is the Sapir-Whorf hypothesis? *American anthropologist*, **86**: 65-79. 1984.
- KEESING, Roger M. Theories of culture. In: CASSON, R.W., ed. *Language, culture and cognition: anthropological perspectives*. New York, Macmillan, 1981. p. 42-66.
- . Kwaio women speak: the micropolitics of autobiography in a Solomon Island society. *American anthropologist*, **87**: 27-39. 1985.
- . Models, folk and cultural: paradigms regained? In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 369-393.
- . African models in the Malaita Highlands. *American ethnologist*, **22** (3): 431-452. 1987.
- KLUCKHOLM, Florence. Dominant and substitute profiles of cultural orientation. *Social forces*, **28**: 376-393. 1950.
- LA FONTAINE, J.S. Person and individual: some anthropological reflections. In: CARRITHERS, M., COLLIN, S. & LUKES, S., eds. *The category of person: anthropology, philosophy, history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. p. 123-140.
- LAKOFF, G. & KOVECSES, Z. The cognitive model of anger inherent in American English. In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 195-221.
- LE NY, Jean François. Psychologie cognitive et psychologie de l'affectivité. In: FRAISSE, Paul, ed. *Psychologie de demain*. Paris, P.U.F., 1982. p. 97-118.
- LIENHARDT, R.G. *Divinity and experience: the religion of the Dinka*. Oxford, Clarendon Press, 1961.
- LUCY, John A. & SCHWEDER, Richard A. Whorf and his critics: linguistic and non-linguistic influences on color memory. In: CASSON, Ronald W., ed. *Language, culture and cognition: anthropological perspectives*. New York, Macmillan, 1981.
- LUTZ, Catherine. Goals, events and understanding in Ifaluk emotion. In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 290-331.
- MARCUS, George E. & DICK, Cushman. Ethnographies as texts. *Annual review of anthropology*, **11**: 25-69. 1982.
- MARSELLA, A.J. Culture, self, and mental disorder. In: MARSELLA, A.J., DEVOS, G. & HSU, F.L.K., eds. *Culture and self. Asian and Western perspectives*. New York and London, Tavistock, 1985.

- MARSELLA, A.J., DEVOS, G. & HSU, F.L.K., eds. *Culture and self: Asian and Western perspectives*. New York and London, Tavistock, 1985.
- MARSELLA, A.J. & WHITE, G., eds. *Cultural conceptions of mental health and therapy*. Dordrecht, Boston; Reidel, 1982.
- MAUSS, M. A category of the human minds: the notion of person, the notion of self. In: CARRITHERS, M., COLLINS, S. & LUKES, S., eds. *The category of person: anthropology, philosophy and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985 (1938).
- NADEL, S.F. *The foundations of social anthropology*. London, Cohen and West, 1951.
- NEISSER, U. *Cognition and reality: principles and implications of cognitive psychology*. San Francisco, Freeman, 1978.
- NELSON, K. How young children organize knowledge of the world, in and out of language. In: SIEGEL, R., ed. *Children's thinking: what develops?*. Hillsdale, N.J., Erlbaum, 1978.
- . Social cognition in a script framework. In: FLAVELL, J.H. & ROSS, L., eds. *Social cognitive development: frontiers and possible futures*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- OPLER, M.E. Themes as dynamic forces in culture. *American journal of sociology*, 51: 198-206. 1945.
- . Component assemblage and theme in cultural integration and differentiation. *American anthropologist*, 61: 955-964. 1959.
- ORTNER, S.B. On key symbols. *American anthropologist*, 75: 1338-1346. 1973.
- . *Sherpas through their rituals*. London, Cambridge University Press, 1978.
- ORTNER, S.B. & WHITEHEAD, H., eds. *Sexual meanings: the cultural constructs of gender and sexuality*. New York, Cambridge University Press, 1981.
- PARKIN, D., ed. *Semantic anthropology*. London, Academic Press, 1982.
- PIAGET, J. & INHELDER, B. *La psychologie de l'enfant*. Paris, P.U.F., 1962.
- . *L'image mentale chez l'enfant*. Paris, P.U.F., 1967.
- PROUST, Marcel. *A la recherche du temps perdu*. Paris, Gallimard, 1987. (Col. La Pléiade, éd. Tadié, J.Y., v. 1 e 2).
- QUINN, N. Commitment in American marriage. In: DOUGHERTY, J.W.D., ed. *Directions in cognitive anthropology*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1985.
- ROMNEY, A.K. & D'ANDRADE, R.G., eds. Transcultural studies in cognition. *American Anthropologist*, Special Publication, 66, 3 pt. 2, 1964.

- ROSALDO, M.Z. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R.A. & LEVINE, R.A., eds. *Essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. p. 131-152.
- . (1980) *Knowledge and passion: Ilongot notions of self and social life*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- ROSALDO, R. Ilongot hunting as story and experience. In: TURNER, V.W. & BRUNER, E.M., eds. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1986. p. 97-138.
- ROSCH (HEIDER), E. Universals in color naming and memory. *Journal of experimental psychology*, 93: 10-20. 1972.
- . Universals and cultural specifics in human categorization. In: BRESLIN, R.E. & LONNER, W.J., eds. *Cross-cultural perspectives on learning*. New York, John Wiley, 1975.
- ROSCH, E. & LLOYD, B. *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J. Erlbaum, 1978.
- RUMMELHART, D.E. Schemata as building blocks of cognition. In: SPIRO, R., BRUCE, S. & BREWER, W., eds. *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale, N.J. Erlbaum, 1980.
- RUMMELHART, A.E. & ORTONY, A. The representation of knowledge in memory. In: ANDERSON, R.C., SPIRO, R.C. & MONTAGUE, E., eds. *Schooling and the acquisition of knowledge*. Hillsdale, N.J., Erlbaum, 1980.
- SAPIR, E. (1944) *Selected writings*. Berkeley, University of California Press, 1951. (D. Mandelbaum, editor.)
- SCHACHTEL, E.G. (1959) *Metamorphosis: on the development of affect, perception, attention and memory*. London, Routledge and Kegan Paul, 1963.
- SCHANK, R.C. The structure of episodes in memory. In: BOBROW, D.G. & COLLINS, A., eds. *Representation and understanding*. Hillsdale, N.J. Erlbaum, 1975.
- SCHANK, R.C. & ABELSON, R. *Scripts, plans, goals and understanding: a inquiry into human knowledge structures*. Hillsdale, N.J., Erlbaum, 1977.
- SCHNEIDER, D.M. *American kinship*. Englewood-Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1968.
- SHWEDER, R.A. Anthropology's romantic rebellion against the enlightenment, or there's more to thinking than reason and evidence. In: SHWEDER, R.A. & LEVINE, R.A., eds. *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. p. 27-76.
- SINGER, M. The great tradition in a metropolitan center: Madras. In: SINGER, M., ed. *Traditional India: structure and change*. Philadelphia, American Folklore Society, 1958.
- . Signs of the self: an exploration in semiotic anthropology. *American anthropologist*, 82: 455-507. 1980.

SINGER, M. *Man's Glassy essence: explorations in semiotic anthropology*. Bloomington, Indiana University Press, 1984.

SPIRO, M., ed. *Context and meaning in cultural anthropology*. New York, The Free Press; London, Collier-Macmillan, 1965.

SWEETSER, E. The definition of lie: an examination of the folk models underlying a semantic prototype. In: HOLLAND, D. & QUINN, N., eds. *Cultural models in language and thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987. p. 43-66.

TURNER, V.W. *The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca and London, Cornell University Press, 1967.

———. *The ritual process: structure and antistructure*. Chicago, Aldine, 1977.

———. *From ritual do theatre*. New York, Performing Arts Journal Press, 1982.

———. *Celebrations: studies in festivity and ritual*. Washington, DC, Smithsonian Institute, 1982.

———. Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience. In: TURNER, V.W. & BRUNER, E.M., eds. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago. University of Illinois Press, 1986. p. 33-42.

TURNER, V.W. & BRUNER, E.M., eds. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago, University of Illinois Press, 1986.

WALLACE, A.F.C. Driving to work. In: SPIRO, M., ed. *Context and meaning in cultural anthropology*. New York, The Free Press; London, Collier-Macmillan, 1965. p. 277-296.

WHORF, B.L. *Language, thought and reality*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1956. (J.B. Carroll, ed.).

WITTGENSTEIN, L. *The blue and brown books: preliminary studies for the "Philosophical Investigations"*, 2.ed., Oxford, Blackwell, 1969.

———. *Philosophical Investigations*. Trad. Anscombe, G.M. Oxford, Blackwell, 1958.

———. *Zettel: fichas*. Trad. Fauve, J. Paris, Gallimard, 1970.

Suplemento

BLOOR, D. *Knowledge and social imagery*. London, Routledge and Kegan Paul, 1976.

———. *Wittgenstein: a social theory of knowledge*. London, Macmillan, 1983.

BROWN, J.R., ed. *Scientific rationality: the sociological turn*. Dordrecht, Boston, Lancaster; D. Reidel, 1984.

104 COELHO, Ruy Galvão de Andrada. Planos da cognição e processos culturais. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 81-104, 1.sem. 1989.

FAUCONVIER, G. *Espaces mentaux*. Paris, Les Editions de Minuit, 1984.

HALLOWELL, A.I. *Culture and experience*. New York, Schocken Books, 1967.

LEVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*. Paris, Plon, 1965.

PIOTROWSKI, Z.A. *Perceptanalysis*. New York, Macmillan, 1957.